

Imediaticidade e Incorrígibilidade da Consciência dos Estados Mentais em Descartes²

Tendo em vista a discussão no nosso século acerca da teoria da mente de Descartes à qual freqüentemente se atribui uma doutrina radical onde o sujeito aparece como omnisciente com respeito a seus estados mentais, parcialmente incapaz de conhecer os corpos, e totalmente incapaz de conhecer as outras mentes, esse artigo visa defender a tese de que Descartes embora sendo um filósofo da consciência nem por isso se compromete com todas essas teses extremas. Basicamente, meu objetivo é apresentar a argumentação cartesiana em favor das duas teses que parecem sustentar a teoria cartesiana da mente, a saber, a tese de que a mente é melhor conhecida que o corpo e a tese de que a mente é realmente distinta do corpo. A reconstrução dessa argumentação tem como fim mostrar que, embora Descartes não precise se comprometer com a tese da incorrigibilidade da nossa crença acerca dos nossos estados mentais e nem com a inevitabilidade e continuidade permanente da nossa consciência dos nossos estados mentais, nem por isso deixa de necessariamente se comprometer com as teses de que a mente é melhor conhecida do que o corpo e que o corpo e alma são substâncias e, portanto, realmente distintos um do outro.

Com a análise do argumento do *Cogito* e com o recurso à alguns textos da *Meditações* onde aparecem o conceito de introspeção e a caracterização da substância pensante através de seus modos, veremos que, ao contrário do que parece, não se pode afirmar que a filosofia cartesiana da mente se comprometa com as teses da incorrigibilidade nem da inevitabilidade da consciência dos nossos conteúdos mentais.

1 Departamento de Filosofia do IFCS – UFRJ.

2 Texto apresentado no II Colóquio Latino-americano de Estética. UERJ, Set. 1997.

Descartes inicia o desenvolvimento de sua concepção de mente quando estabelece a impossibilidade de se duvidar da existência de um eu enquanto pensamento através do argumento do *Cogito* (*Segunda Meditação*, parágrafo 4):

De sorte que, após ter pensado bastante nisto e ter examinado cuidadosamente todas as coisas, cumpre enfim concluir e ter por constante que esta proposição eu sou, eu existo, é necessariamente verdadeira, todas as vezes que a enuncio ou que a concebo em meu espírito.

Para o nosso propósito, basta reconhecermos que até aqui (parágrafo 4 da *Segunda Meditação*), seguindo a ordem das razões de acordo com a qual são apresentados os argumentos nas *Meditações*, Descartes apresenta dois conceitos “pensamento” e “existência” numa relação que ele toma como necessária. A necessidade vai do pensamento para a existência e não vice versa. Isto é, a relação é tal que se eu penso, então existo. É porque a própria atividade de pensar o pensamento, nela mesma, é uma instância de pensamento que posso estar certo de que penso, de tal modo que estou certo que penso apenas quando “enuncio ou concebo em meu espírito”. Isto é, a idéia do eu enquanto essa atividade de pensar escapa à dúvida metafísica na medida em que o que a dúvida coloca em questão é a correspondência do pensamento com uma existência distinta dele. Se a idéia do eu pensante é o pensamento do ato de pensar, isto é, é a representação do próprio ato de representar então, nesse caso, não há um hiato, um corte entre pensamento e existência e, por isso mesmo, a questão da correspondência não se coloca. Sendo assim, o eu enquanto pensamento escapa à dúvida e é, na verdade, condição da própria dúvida. Se duvido ao menos penso que duvido. Sendo assim, até esse momento da argumentação cartesiana do *Cogito*, o que se pode afirmar é que existe uma atividade: a atividade do pensamento e um eu ainda não caracterizado, isto é, um eu cuja natureza ainda permanece desconhecida, que é condição lógica dessa atividade.

No parágrafo seguinte, entretanto, Descartes ao afirmar: “Mas não conheço ainda bastante claramente o que sou, eu que estou certo que sou;” reconhece que não conhece a natureza dessa existência revelada no início da argumentação, o que prepara para a passagem para o exame dessa natureza.

A reflexão acerca da natureza dessa existência indubitável envolve a rejeição do que anteriormente acreditara ser sua essência: um homem, ou algo composto de corpo e alma, seja com base no método que subjaz às

Meditações, segundo o qual deve-se explicar o mais complexo pelo mais simples, seja com base na dúvida céptica estabelecida na *Primeira Meditação* que suspendeu todo juízo a respeito das coisas materiais. Assim, Descartes rejeita que essa existência revelada pelo *Cogito* seja a existência de um homem, como anteriormente acreditava, já que o conceito de homem envolve o de animal e o de racional o que tornaria a explicação de um conceito mais simples “eu” numa explicação por conceitos mais complexos tais como “racional” e “animal”; Descartes rejeita além disso, imediatamente em seguida, o que anteriormente também tomava como certo a respeito de sua existência, a saber, que era um composto de corpo e alma. Nesse momento do exame da natureza desse eu revelado pelo *Cogito* Descartes rejeita a explicação da natureza dessa existência como sendo algo que tenha algum corpo ou alguma propriedade pertencente ao corpo já que o mundo material, percebido pelos sentidos, está em questão.

Descartes passa então às propriedades da alma ainda na tentativa de elucidar a natureza dessa existência revelada pelo *Cogito*. Na consideração dessas propriedades aparece um argumento paralelo ao do corpo: as três primeiras propriedades da alma mencionadas: alimentar, andar e sentir expressam termos complexos que envolvem o conceito de corpo. Sendo assim, não se pode afirmar que a alma, na medida em que é algo que se alimenta, anda e sente, é algo que pertence a minha natureza. Entretanto, há uma quarta propriedade, a saber, a propriedade de pensar, que pode ser compreendida independentemente do conceito de corpo. Só o pensamento, portanto, não é atingido pela hipótese do Gênio Maligno. Se esse é o único conceito que escapa da dúvida cartesiana, então esse conceito de pensamento é um conceito conhecido por si, isto é, independentemente de qualquer outro conceito. Assim sendo, Descartes conclui, ainda na *Segunda Meditação*:

Verifico aqui que o pensamento é um atributo que me pertence; só ele não pode ser separado de mim. Eu sou, eu existo: isto é certo; mas por quanto tempo? A saber, por todo o tempo em que eu penso... Nada admito agora que não seja necessariamente verdadeiro; nada sou, pois, falando precisamente, senão uma coisa que pensa, isto é, um espírito, um entendimento ou uma razão.

Descartes, portanto, no decorrer da elucidação da natureza da existência que é dada na conclusão do *Cogito*, isto é, na elucidação do que significa essa existência indubitável da atividade do pensamento e de sua condição

formal, conclui que essa existência é uma substância, isto é, uma coisa que pensa. O que sou é de tal forma que não necessita de nenhum outro conceito para ser compreendido. Donde sou uma substância, isto é, algo para cuja compreensão não é necessária a cooperação de nenhum outro conceito, visto que estando todo conhecimento em questão, ainda assim o conceito de um ser pensante não pode deixar de ser compreendido³. Entretanto, embora a afirmação de que o pensamento é uma substância seja necessária para a compreensão de que essa existência é compreendida como um todo e por ela mesma, sem o envolvimento de qualquer outro conceito, essa afirmação não é suficiente para a compreensão do que é essa existência. Sendo assim, Descartes, prosseguindo na investigação da natureza dessa existência revelada no argumento do *Cogito*, se pergunta ainda na mesma *Segunda Meditação*: “Mas o que sou eu, portanto? Uma coisa que pensa. Que é uma coisa que pensa?” E Descartes imediatamente conclui: “É uma coisa que duvida, que concebe, que afirma, que nega, que quer, que não quer, que imagina também e que sente”.

Em resumo, até aqui temos que o pensamento existe visto que no caso do pensamento (consciência) do pensamento não há distinção entre o que existe e a representação do que existe, isto é, no caso do *Cogito*, o que é representado é o próprio representar. Se é assim, não há dúvida a respeito da correspondência entre meu pensamento e o que é pensado pelo pensamento. Além disso, o que se revela no argumento do *Cogito* é uma “substância” (no sentido de ser epistemologicamente completa) visto que é compreendido sem o auxílio de nenhum outro conceito e, visto que se manifesta em uma diversidade de atos (querer, amar, sentir, imaginar, representar, etc.) que, como tal, envolve uma unidade formal como condição de possibilidade.

Nesses passos da argumentação para a prova da existência do pensamento e para a qualificação da natureza dessa existência já aparecem, mesmo que embrionariamente, as duas teses que caracterizam Descartes como um filósofo da consciência: a tese da distinção entre a alma e o corpo e a

3 Martial Gueroult, em *Descartes selon l'ordre des raisons*, vol. I. *L'âme et Dieu*, 1952, Editions Montaigne, cap. III, introduz a idéia de que Descartes pode atribuir o termo substância ao que é descoberto pelo *Cogito* sem que com isso se assuma ainda que se conhece essa substância. No momento do argumento do *Cogito* o ser pensante pode ser considerado como substância apenas na medida em que na ordem do conhecimento é conhecido como um todo que independe de qualquer outro conhecimento (já que todo e qualquer outro conhecimento está em questão).

tese de que a alma é melhor conhecida do que o corpo, visto que, apesar de a natureza e a existência do corpo estarem em questão pela dúvida metódica, eu sei que existo enquanto substância pensante e sei que essa substância pensante é condição de uma diversidade de atos.

A primeira tese envolvida na conclusão do argumento do *Cogito*, a tese de que a alma (ou mente) é distinta do corpo, isto é, a tese do dualismo, aparece pela primeira vez nos escritos cartesianos, no *Discurso sobre o Método*, publicado em 1637, na quarta parte que é inteiramente dedicada à metafísica. Nesse texto, num argumento onde Descartes sustenta a distinção entre corpo e alma, imediatamente após ter estabelecido a existência de um eu como primeiro princípio, Descartes apresenta o seguinte argumento:

...examinado com muita atenção o que eu era, e concluindo que podia fingir não ter corpo, e que não havia mundo, ou lugar em que me encontrasse, mas, ao mesmo tempo, não podendo fingir não existir, sendo bastante o fato de duvidar da verdade das outras coisas para ficar demonstrado, de modo muito certo e evidente, que eu existia...

E, a partir daí, logo adiante, conclui:

...concluí de tudo isso que eu era uma substância cuja essência ou natureza reside unicamente em pensar e que, para que exista, não necessita de lugar algum nem depende de nada material, de modo que eu, isto é, a alma, pela qual sou o que sou, é totalmente distinta do corpo...

Aparentemente, são as objeções feitas aos escritos metafísicos presentes nessa quarta parte do *Discurso*, que levam Descartes a “mais tarde” elaborar as *Meditações* que aparecem, portanto, como uma resposta a essas objeções⁴. Já no Prefácio ao leitor lê-se⁵:

No *Discurso* eu pedi que se alguém encontrasse em algo que eu tivesse escrito algum ponto que valesse a pena criticar, que fizesse a gentileza de me apontar esse ponto. No caso das minhas observações sobre Deus e a alma, foram a

4 Ver o artigo “*Le statut originariamente responsorial des Meditations*” de Jean-Luc Marion em *Descartes. Objecter et répondre*, Public. por J-M Beyssade e J-L Marion, PUF, Paris, 1994.

5 Observe-se que a versão francesa das *Meditações* de 1647 não traduz esse prefácio, substituindo-o por um prefácio do editor ao leitor, o mesmo acontecendo com a tradução brasileira.

mim apresentadas apenas duas objeções que merecessem ser mencionadas, às quais passo agora a responder brevemente antes de me engajar numa elucidação mais precisa desses assuntos.”

Uma dessas objeções à parte metafísica do *Discurso* que Descartes vai responder nas *Meditações*, diz respeito à afirmação de que o espírito quando volta para si mesmo só se percebe como coisa pensante. Numa carta à Mersenne⁶, Descartes afirma:

...quanto a sua segunda objeção, isto é, que não expliquei suficientemente como eu sei que a alma é uma substância distinta do corpo, cuja essência é apenas pensar, o que é a única coisa que torna a demonstração da existência de Deus obscura, admito que o que você diz é verdade...

Sendo assim, as *Meditações*, publicadas pela primeira vez em 1641, são justamente uma resposta às objeções feitas, a pedido de Descartes, à quarta parte do *Discurso sobre o Método*, o que implica que para compreendermos o argumento cartesiano apresentado nas *Meditações*, é necessário dar um passo adiante da argumentação apresentada no *Discurso*. Portanto, para compreendermos melhor a tese do dualismo cartesiano, é preciso ler as *Meditações* tendo em vista esclarecer o argumento que sustenta a tese, da distinção entre alma e corpo que, embora já apresentada no *Discurso* aparece aí de modo pouco elaborada. Diferentemente de como aparece no *Discurso*, nas *Meditações* essa tese da distinção não é sustentada por um argumento de ignorância, a saber, “visto que não sabemos o que é o corpo e sabemos que a alma existe então a alma não é corpórea, não é extensa”, mas sim através da veracidade divina que garante, agora sim, uma distinção real entre o corpo e alma. Nas *Meditações*, portanto, Descartes acrescenta algo ao argumento por ignorância apresentado no *Discurso*, de modo a superar a objeção feita ao primeiro texto.

O argumento por ignorância de fato aparece novamente na *Segunda Meditação*, mas não é aí que Descartes pretende fornecer a prova da distinção real entre corpo e alma. Na Segunda Meditação Descartes fornece,

⁶ Há dúvidas acerca da data correta dessa carta. Segundo os editores da correspondência de Mersenne, a carta é de abril de 1637 e segundo Adam e Milhaud que publicaram, no período entre 1936 e 1963, oito volumes a correspondência completa de Descartes, essa carta a Mersenne é de 27 de fevereiro 1637.

entretanto, o que será mais tarde utilizado na prova da distinção real, a saber, que posso claramente perceber a alma mesmo sem saber o que é o corpo. É só na *Sexta Meditação*, após ter provado a existência e a veracidade divina que Descartes pretende dar a prova da distinção real entre corpo e alma. Os passos da argumentação na *Sexta Meditação* são os seguintes:

a) Sei que tudo que concebo clara e distintamente pode ser produzido por um ser onipotente assim como concebo.

b) Concebo claramente a mente (uma substância que pensa) sem o corpo e o corpo sem a mente, visto que posso conceber a natureza da minha mente mesmo quando o corpo está colocado em questão (dado na *Segunda Meditação*). Isto é, concebo claramente minha mente como completa, portanto, como substância, como não necessitando de nenhuma outra coisa para existir.

c) Assim, ao menos pela onipotência de um ser divino (cuja existência está provada na *Terceira Meditação*), a mente pode existir sem o corpo e o corpo sem a mente.

d) Substâncias que podem existir umas sem as outras são realmente distintas.

e) Concebo claramente a mente e o corpo como substâncias.

f) Deus é veraz.

g) Onde alma e corpo são realmente distintas.

Sendo assim, a prova da distinção real entre corpo e alma nas *Meditações* acrescenta algo de fundamental ao argumento apresentado no *Discurso* onde o argumento da distinção entre corpo e alma consiste no argumento por ignorância. Nas *Meditações* o argumento passa, de fato, pelo argumento da ignorância em virtude da premissa “a alma pode ser distinta do corpo” (visto que não conheço o corpo mas concebo a natureza da alma), entretanto essa premissa é conjugada com a onipotência e veracidade divina.

A segunda tese envolvida no argumento do *Cogito* onde Descartes se concebe como coisa pensante a saber, a tese de que a mente é melhor conhecida do que o corpo é imediatamente resultante do argumento do *Cogito* e da distinção entre corpo e alma. Se ignoro se o corpo existe e, conseqüentemente, ignoro a sua natureza, mas mesmo assim percebo a existência e a natureza do meu pensamento então, a minha mente é melhor conhecida do que o corpo.

Descartes, ainda na *Segunda Meditação*, explicitamente saindo da ordem das razões, recorre ao exemplo do pedaço de cera para confirmar essa tese já implícita na argumentação anterior. Nesse exemplo do pedaço de cera

Descartes mostra que o conhecimento do corpo (pedaço de cera) não é o conhecimento daquilo que é dado pelos sentidos (já que o que é dado pelos sentidos se transforma sob a ação do tempo ou de fatores externos) nem tampouco pela imaginação que sendo finita não poderia percorrer a infinidade de possíveis formas desse corpo. Resta portanto o pensamento que é condição de possibilidade da própria idéia de extensão como essência de todo objeto possível e, portanto, é condição de possibilidade de qualquer objeto extenso. Sendo assim, o pensamento é melhor conhecido que o corpo não só porque mesmo quando ignoro a existência e qual é a natureza do corpo, ainda assim, percebo a existência e a natureza da mente, mas também porque conhecer o corpo como tal supõe minha mente como condição de possibilidade da idéia de extensão. Isso é, qualquer conhecimento do corpo, visto que a legitimidade dos sentidos e da imaginação como fontes de conhecimento estão em questão, é conhecimento da substância pensante, isto é, é conhecimento de como penso o corpo. É por uma inspeção do espírito que concebo o corpo através de uma idéia inata; a idéia de extensão.

As duas tese suportes da filosofia cartesiana da consciência, a tese da distinção entre corpo e alma e a tese de que a mente é melhor conhecida do que o corpo têm dado margem a interpretações que atribuem a Descartes afirmações extremas tais como a tese da inevitabilidade e a tese da incorrigibilidade da consciência dos meus estados mentais. De acordo com a primeira tese, se alguém está num determinado estado mental sabe que está nesse estado e de acordo com a segunda tese, se alguém tem consciência (pensa) que está num determinado estado mental ela está efetivamente nesse estado mental. Como veremos, para atribuir essas teses a Descartes é necessário interpretar certas passagens das *Meditações* de um modo não coerente com o restante do texto.

Está claro que para Descartes nossos estados mentais são imediatamente percebidos. Na *Exposição Geométrica das Segundas Respostas*, por exemplo, Descartes afirma: “Pelo nome de pensamento, compreendo tudo quanto está de tal modo em nós que somos imediatamente seus conhecedores”. Entretanto, a tese da inevitabilidade da percepção de nosso estados mentais supõe uma determinada interpretação da noção de imediaticidade. Os que defendem essa tese compreendem a imediaticidade do conhecimento dos nossos estados mentais como significando que esse conhecimento é imediato no tempo. Isto é, dado um estado mental, independentemente de qualquer esforço e, conseqüentemente de qualquer

espaço de tempo onde esse esforço se dê, o sujeito desse estado mental é dele consciente. Entretanto, há um conceito muito importante no sistema cartesiano que é o conceito de introspeção. A introspeção, a inspeção do espírito, é um poder mental que envolve um ato voluntário de voltar-se para seus próprios estados mentais. Esse poder de voltar a atenção para si pode ainda ser dirigido para si com maior ou menor grau de intensidade o que implica numa maior ou menor clareza e distinção acerca do espírito. Essa idéia fica clara já na *Segunda Meditação* quando Descartes conclui que a percepção do pedaço de cera não se dá pela visão nem por um tatear nem pela imaginação mas somente através de:

uma inspeção do espírito que pode ser imperfeita ou confusa, como era antes, ou clara e distinta, como é presentemente, conforme minha atenção se dirija mais ou menos às coisas que existem nela e das quais é composta.

Se é assim, isto é, se a inspeção do espírito exige um voltar da atenção e se essa atenção pode ser maior ou menor, a imediatividade que caracteriza a consciência dos nossos estados mentais não pode ser uma imediatividade que equívale a inevitabilidade. Se somos imediatamente conscientes dos nossos estados mentais e se essa consciência imediata exige um esforço do espírito que, além disso, pode ser maior ou menor determinando, assim, uma maior ou menor consciência, então dizer que a consciência dos nossos estados mentais é imediata significa que é uma consciência direta, não mediatizada por conceitos e não que é inevitável. Sendo assim, parece pelo menos problemático afirmar que Descartes defende a tese de que se tenho um estado mental sou consciente desse estado. O que parece mais plausível é que Descartes afirme que se tenho um estado mental posso, abstraindo de todo o resto, saber que estado é este. E “abstraindo de todo o resto” significa fazendo o esforço de separar e deixar de lado todo o resto, voltando a atenção do espírito para si próprio, como fica claro no início da *Terceira Meditação*:

Fecharei agora os olhos, taparei meus ouvidos, desviar-me-ei de todos os meus sentidos, ... e, assim, entretendo-me apenas comigo mesmo e considerando meu interior, empreenderei tornar-me pouco a pouco mais conhecido e mais familiar a mim mesmo.

Fica claro, portanto, que embora a mente seja imediatamente conhecida,

isto é, conhecida diretamente, sem a intervenção de nada, esse conhecimento depende de um esforço do espírito voltar-se para si próprio, o que depende de um movimento de abstração (deixar de lado certos elementos). Mais ainda, é de acordo com a intensidade e sucesso desse esforço que se terá um grau maior ou menor de clareza e distinção na idéia acerca desse espírito inspecionado por si próprio.

A segunda tese extrema que é atribuída a Descartes é a tese da incorrigibilidade do meu conhecimento dos meus atos mentais. Essa tese parece surgir do fato de que Descartes ao caracterizar a natureza da substância pensante, na *Segunda Meditação*, afirma: “Que é uma coisa que pensa? É uma coisa que duvida, que concebe, que afirma, que nega, que quer, que não quer, que imagina e também que sente”. Dessa afirmação se conclui: sei que imagino, que sinto, que amo, etc, isto é, conheço meus estados mentais. Entretanto, é necessário ter em mente que até esse momento das *Meditações*, o corpo e suas propriedades estão em questão dada a dúvida metafísica. Apenas a substância pensante sobreviveu ao processo de eliminação. Sendo assim, todas as supostas propriedades dessa substância pensante que supõem o corpo estão em questão. Ora, a imaginação e a sensação supõem a cooperação do corpo. A sensação supõe uma afeção sensível e a imaginação nada mais é do que a composição de idéias sensíveis. Donde, a sensação e a imaginação foram eliminadas como propriedades dessa substância pensante. Se é assim, o que significa Descartes caracterizar essa substância como algo que quer, afirma, duvida e *também que imagina e que sente*? O que significa afirmar que sou uma coisa que imagina e que sente quando o corpo que é condição para esses atos está em questão? Só pode significar que o que Descartes quer dizer é que o que há de indubitável nesses modos de pensamento é que *eu penso* que imagino, *eu penso* que sinto, *eu penso* que afirmo, *eu penso* que quero, etc. Isto é, mesmo se não for o caso de que tenho estes estados mentais, é indubitável que estes me aparecem como sendo meus. Se Descartes afirma que eu sou tal que imaginar e pensar fazem parte da minha natureza assim como amar, afirmar, desejar, só pode ser porque a certeza envolvida nos modos do pensamento é a certeza do *eu penso* que perpassa e dá uma unidade a essa diversidade de atos e não a certeza acerca da, veracidade desses atos mentais. Sendo assim, até aqui o que se tem é a certeza do pensamento e a certeza dos modos desse pensamento enquanto modos do pensamento e, por isso mesmo, a tese da incorrigibilidade das nossas percepções dos nossos estados mentais não pode ser atribuída a Descartes. Assim como é possível que eu não esteja

imaginando embora esteja certo que imagino, é possível estar certo de qualquer estado mental meu, mesmo que este estado não ocorra de fato. Isto é, mesmo que a imaginação e a sensação não ocorram porque dependem do corpo e este talvez não exista, mesmo assim, é indubitável que ao menos sou de tal natureza que penso que imagino, penso que sinto. Isto é, tenho certeza da minha consciência dos atos mentais, o que implica não que esses estados mentais sejam indubitáveis mas sim que o meu pensamento (a minha consciência) desses atos é indubitável. O que é certo, portanto, com relação aos meus estados mentais é que me parece que amo, que odeio, que afirmo, que quero, etc.

Sendo assim, embora Descartes possa ser caracterizado como um filósofo da mente na medida em que sustenta as teses da distinção entre corpo e alma e o privilégio do conhecimento da alma sob o do corpo, isso não acarreta nas teses radicais freqüentemente atribuídas a ele da inevitabilidade e da incorrigibilidade da minha consciência dos meus estados mentais. Através das tese da distinção entre o corpo e alma e do privilégio do conhecimento da minha mente sob o conhecimento do meu corpo Descartes afirma, simplesmente, que conheço a minha mente sem mediação já que é a condição da própria dúvida e, portanto escapa a ela, e que quando percebo algum corpo, já que perceber o corpo equívale a ter sensação do corpo, o que percebo é a minha mente já que o que é indubitável da sensação é que penso que sinto.